



Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
Departamento de Administração
Curso de Graduação em Administração a distância

ANTONIETA VIEIRA DE FREITAS ANASTÁCIO

**ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS CIDADÃOS EM RELAÇÃO
ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BAIRRO JOÃO EDUARDO,
EM RIO BRANCO/AC**

Rio Branco/AC

2011

ANTONIETA VIEIRA DE FREITAS ANASTÁCIO

**ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS CIDADÃOS EM RELAÇÃO
ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BAIRRO JOÃO EDUARDO,
EM RIO BRANCO/AC**

Monografia apresentada a Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Professor Orientador: Esp. Josias Rodrigues Alves

Rio Branco/AC

2011

Anastácio, Antonieta Vieira de Freitas.

Análise da percepção dos cidadãos em relação às políticas públicas no Bairro João Eduardo, em Rio Branco/AC. 2011. 56 f.

Monografia (bacharelado) – Universidade de Brasília, Departamento de Administração - EAD, 2008.

Orientador: Prof. Esp. Josias Rodrigues Alves, Departamento de Administração.

ANTONIETA VIEIRA DE FREITAS ANASTÁCIO

**ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS CIDADÃOS EM RELAÇÃO
ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BAIRRO JOÃO EDUARDO,
EM RIO BRANCO/AC**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de
Conclusão do Curso de Administração da Universidade de Brasília da
aluna

**Nome da Aluna: ANTONIETA VIEIRA DE FREITAS
ANASTÁCIO**

Esp. Josias Rodrigues Alves

Professor-Orientador

Titulação, Nome completo,

Professor-Examinador

Titulação, nome completo

Professor-Examinador

Brasília, 03 de dezembro de 2011

Dedico este trabalho em especial a todos os moradores do bairro João Eduardo, que colaboraram, auxiliando durante as pesquisas realizadas, que contribuiu para o enriquecimento deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por mais uma etapa vitoriosa em nossas vidas; passamos por muitos obstáculos, mas chegamos até o final. Cremos que os vitoriosos são aqueles que, apesar de muitos empecilhos, continuam acreditando em seus sonhos.

Aos colegas e professores, somos gratos por todos os momentos vividos juntos, mas principalmente por aqueles compartilhados. Agora cada um segue o seu caminho. No entanto, o tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração as lembranças daqueles que souberam conquistar a nossa amizade e que, direta ou indiretamente, acabaram por nos ajudar durante o curso.

Não poderia deixar de agradecer a meus filhos Ueliton e Wesley, obrigado meus filhos, e desculpem por ter ficado ausente na vida de vocês, durante esses anos, pois isso foi necessário para que eu adquirisse novos conhecimentos e contribuísse no futuro de vocês.

Agradeço em especial a meu esposo que durante esses anos, na minha ausência, assumiu brilhantemente o papel do chefe da família.

Os que lutam

*Há aqueles que lutam um dia; e
por isso são bons;*

*Há aqueles que lutam muitos dias;
e por isso são muito bons;*

*Há aqueles que lutam anos; e são
melhores ainda;*

*Porém há aqueles que lutam toda
a vida; esses são os imprescindíveis.*

(Berholt Brecht)

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo fazer uma análise da percepção dos cidadãos sobre a efetividade das políticas públicas e como se deu a ocupação do Bairro João Eduardo na cidade de Rio Branco, no Estado do Acre, a partir da década de 1970, e como as políticas públicas estiveram ausentes no bairro. Neste sentido, será evidenciado que o desenvolvimento urbano no Acre e em especial no bairro João Eduardo, ocorreu de forma desordenada, mediante falência do campo, e a invasão das cidades. Destacando a vinculação da Igreja Católica através dos movimentos populares, e abaixo assinados que assessorou e deu suporte à luta por seus direitos, e reivindicando melhorias aos moradores daquele bairro. Realizou-se pesquisa nos meses de setembro e outubro e os resultados apontaram para o descontentamento dos moradores do bairro em tela, pelo descaso do Governo em relação às políticas públicas habitacional, infra-estrutura, saúde, educação e segurança.

Palavras-Chaves: Políticas Públicas. Percepção do cidadão. Desenvolvimento Urbano.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fig. 01 - Placa de fundação do bairro João Eduardo.....	36
Fig. 02 - Mapa do bairro João Eduardo II.....	42
Fig. 03 - Inauguração da FUNJEN.....	45

LISTA DE TABELAS

Gráfico 01 - Moradores João Eduardo I, em 2011 – Gênero.....	47
Gráfico 02 - Moradores João Eduardo I, em 2011 – Escolaridade	48
Gráfico 03 - Moradores João Eduardo I, em 2011 – Renda Familiar.....	49
Gráfico 04 - Moradores João Eduardo I, em 2011 – Utilização da Unidade de Saúde.....	50
Gráfico 05 - Moradores João Eduardo I, em 2011 – Segurança.....	51
Gráfico 06 - Moradores João Eduardo I, em 2011 – Religião.....	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALN- Ação Libertadora Nacional
CDDH- Centro de Defesa dos Direitos Humanos
BNH- Banco Nacional de Habitação
CDDHEP- Centro de Defesa de Direitos Humanos e Educação Popular do Acre
CEBs- Comunidades Eclesiais de Base
CNDH- Conselho Nacional de Desenvolvimento Humano
COC-Curso Osvaldo Cruz
COHAB- Companhia de Habitação do Acre
CONTAG- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT - Comissão Pastoral da Terra
EJA- Educação de Jovem e Adulto
EUA- Estados Unidos da América
FUNBESA- Fundação de Bem Estar Social
FUNJEN- Fundação João Eduardo do Nascimento
GESCA- Grupo de Elevação Social e Cultural do Acre
INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
JOC- Juventude Operária Católica
MEB- Movimento de Educação de Base
PAJA- Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos.
PED- Plano Estadual de Desenvolvimento
PDDU- Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PND- Plano Nacional de Desenvolvimento
PSB- Partido Socialista Brasileiro
PT- Partido dos Trabalhadores

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Contextualização	13
1.2 Formulação do problema.....	14
1.3 Objetivo Geral	16
1.4 Objetivos Específicos	16
1.5 Justificativa.....	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 Um breve histórico da ocupação da cidade de Rio Branco	17
2.2 Ocupação do território acriano no primeiro ciclo econômico	18
2.3 Ocupação do território acriano no segundo ciclo econômico	21
2.4 As políticas públicas e suas aplicabilidades	33
3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	36
3.1 Tipo e descrição geral da pesquisa.....	36
3.2 Caracterização da organização, setor ou área.....	36
3.3 População e amostra	36
3.4 Caracterização dos instrumentos de pesquisa.....	37
3.5 Procedimentos de coleta e de análise de dados	37
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	38
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS.....	48
APÊNDICES.....	50

1 INTRODUÇÃO

Dentro do eixo de Gestão Ambiental, realizou-se um estudo, com a finalidade fazer uma análise da percepção dos moradores em relação a efetividade das políticas públicas no bairro João Eduardo em Rio Branco /AC, para deliberar as conquistas realizadas através dos movimentos sócias de classes, e as necessidades ainda não supridas pelo Estado, em virtude, de não haver uma aplicação de políticas públicas habitacional, de infra- estrutura, saúde e educação na construção do bairro e na sua formação.

Com isso os direitos e cidadania assumem dimensão relevante no contexto deste trabalho, na medida em que permite aprofundar o significado dos impactos ambientais, e das transformações ocorridas na relação Sociedade Civil/ Estado, na década de 70 quando houve a ocupação do bairro em estudo.

Para isto, torna-se necessário analisar a conjuntura das políticas públicas a partir da década supracitada, valendo ressaltar o período ditatorial com o *slogan* “Integrar para não entregar”.

Nesse contexto foi elaborada uma nova política para a Amazônia, a saber, a de ocupar os espaços vazios, embora estes espaços geográficos já fossem ocupados por seringueiros e indígenas. Surgem então, grandes conflitos pela posse da terra com a vinda dos sulistas e, respectivamente, a falência dos seringais o que forçava os seringueiros a abandonarem suas terras em troca de indenizações bem inferiores ao valor real, sendo alguns até mesmo expulsos de suas terras sem direito algum.

Com êxodo rural verifica-se o crescimento desordenado do município de Rio Branco, principalmente o de bairros periféricos, a exemplo do bairro João Eduardo. Mediante as informações citadas acima, fez-se necessário uma análise das principais lideranças que reivindicavam melhores condições de vida para aquela população espoliada. Como também mensurar a importância da igreja católica, representada pelas Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, no processo de conquista dos direitos de ex-seringueiros. Vale ressaltar que, neste período, o Estado pouco fazia para garantir os direitos dos trabalhadores, seringueiros e das seringueiras. Na década de 1970 a 1980, os movimentos sociais no Acre foram

amplamente perseguidos, lideranças foram assassinadas com a conivência do governo, e suas reivindicações pareciam que nunca tinham vez diante do mesmo.

A execução deste trabalho é de grande importância para a compreensão das vicissitudes desta área urbana, pois o entendimento das políticas públicas é crucial para a implementação de programas governamentais, para a construção de uma nova realidade, posto que até a presente data não se conheceu no bairro João Eduardo verdadeiro desenvolvimento urbano e social, uma vez que, quase nada foi realizado de fato em benefício do bairro, onde até hoje só existe uma rua asfaltada e somente agora estão colocando rede de esgoto, o que deixa seus moradores insatisfeitos.

Logo este trabalho pretendeu responder os seguintes questionamentos: como se deu o processo de ocupação do Bairro João Eduardo? Qual a importância da aplicabilidade das políticas públicas para o desenvolvimento da referida comunidade? Qual é a análise da percepção dos cidadãos em relação às políticas públicas no bairro?

A fim de entender a relação entre Política Pública e Desenvolvimento Urbano, tendo como parâmetro o bairro João Eduardo, foi realizada ampla revisão bibliográfica sobre a urbanização da cidade de Rio Branco, bem como sobre a história do bairro. O método dialético foi o escolhido para construção do trabalho, por se conceber que a análise do movimento social no bairro João Eduardo está inserida dentro de uma estrutura social marcada pela luta de classes.

As lacunas deixadas pelo registro histórico, principalmente no que concerne à história do bairro, serão completadas pelas entrevistas realizadas com antigos moradores e lideranças comunitárias que participaram da formação do bairro. Jornais de época e projetos que envolvem ou envolveram o bairro serão também pesquisados. Além disso, visitas a instalações e equipamentos públicos foram necessários, a fim de identificar que tipos de política acontecem hoje no bairro e, deste modo, dados qualitativos serão confirmados a partir de análises quantitativas, não sendo estas últimas a prioridade do estudo.

Vale destacar que, para coleta de dados quantitativos, utilizou-se como técnica a amostragem sistemática, típica para em populações que possuem os elementos ordenados, em que não há a necessidade de construir um sistema de referência. Logo, a seleção dos elementos que compõem a amostra pode ser feita por um sistema criado pela pesquisadora que, neste caso, considerou que os dados

seriam coletados em toda a extensão do bairro João Eduardo I; a partir de uma amostra de 120 residências onde um questionário foi aplicado por residência independente do número de moradores, o que totalizou o montante de 120 questionários. Destaque-se que o número total de residências é de 1.087 residências. Ressaltando que a pesquisa científica é um instrumento que possibilita o conhecimento das políticas públicas. Assim, a pesquisadora precisa conhecer a realidade, tanto dos acontecimentos passados quanto do presente, para que o possibilite fazer uma análise dos fatos aqui investigados.

Deste modo, abordou-se o conjunto de fatores econômico-sociais que possibilitaram a ocupação da cidade de Rio Branco, principalmente a atuação do mercado internacional através do 1º e 2º surtos da borracha, seguidos da pecuarização na década de 1970. Este último foi, sem dúvida, o fator preponderante para “explosão demográfica” na cidade de Rio Branco, resultando assim, em conflitos tanto na área rural quanto a urbana.

Como se deu o processo de ocupação do bairro João Eduardo, que teve como fator preponderante o êxodo rural ocasionado pela mudança da base econômica do extrativismo para a agropecuária. Vale mencionar as lideranças que atuaram no planejamento estratégico que diferenciou o bairro pesquisado das demais invasões ocorridas na capital nesse período.

Abordou-se ainda, a importância das políticas públicas na formação do bairro em epígrafe, dando destaque para posição relevante da igreja através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), sendo orientados pela teologia da libertação e, ainda, para a atuação ou não atuação destas políticas em todo este processo.

Por fim, será apresentada uma análise e interpretação dos gráficos, conforme pesquisa de campo realizada no bairro.

1.1 Contextualização

Para Forattini (1991), qualidade de vida, em sua essência, se traduz então, pela satisfação em viver. E como se viver, sem infra-estrutura, sem saúde e educação. Uma vez que esses direitos lhes são negados ou negligenciados. No processo de democratização no nível social se destacam três perspectivas: as questões ligadas à equidade e às desigualdades sociais; a luta social pela definição

dos conteúdos da democracia; e o processo de formação dos agentes sociais e dos atores coletivos no processo de emergência e consolidação da cidadania.

Ferreira é taxativa:

As políticas públicas estão hoje a meio caminho entre um discurso atualizado e um comportamento social bastante predatório: por um lado, as políticas públicas têm contribuído para o estabelecimento de um sistema de proteção ambiental no país; mas, por outro, o poder público é incapaz de fazer cumprir aos indivíduos e às empresas uma proporção importante da legislação ambiental. (FERREIRA, 1998p. 107).

A crescente preocupação com a qualidade ambiental tem levado a busca por alternativas que minimizem os impactos negativos, uma vez que, quando um morado invade uma área ambiental, está se matando o leito de um rio, ou derrubando árvores ali existentes. A avaliação ambiental torna-se cada vez mais valiosa e importante, pois fornece bases para a formulação de políticas, planos e projetos que permitem o manejo dos riscos e impactos das atividades produtivas aumentando a eco eficiência da organização. Quando se fala de "participação dos cidadãos" deve se enfatizar que se trata de uma forma de intervenção na vida pública com uma motivação social concreta que se exerce de forma direta, baseada num certo nível de institucionalização das relações Estado/sociedade (JACOBI, 1990).

1.2 Formulação do problema

Esta pesquisa analisou a percepção dos moradores em relação a efetividade das políticas públicas. Logo este trabalho pretende responder os seguintes questionamentos: como se deu o processo de ocupação do Bairro João Eduardo e quais políticas públicas foram aplicadas na referida comunidade? Estariam estas políticas públicas sendo aplicadas de maneira correta no bairro? E seus moradores estão satisfeitos com a efetividade dessas políticas?

Para responder a estas questões, será necessário analisar a ocupação do bairro João Eduardo, destacando o papel do Governo na formação e consolidação das políticas públicas, sociais e ambiental, e, ainda, na habitação e sustentabilidade, e, elaborar sucinta caracterização do bairro. Onde a participação popular se transforme no referencial de ampliação de possibilidades de acesso dos setores populares dentro de uma perspectiva de desenvolvimento da sociedade civil e de

fortalecimento dos mecanismos democráticos, mas também para garantir a execução eficiente de programas de compensação social no contexto das políticas das públicas.

O estabelecimento de políticas públicas no Acre é de competência do poder executivo em todas as instâncias de governo. Elas são criadas por meio de instrumentos legais que definem um determinado aspecto social, cultural, econômico ou de ordenação territorial como prioritário para atuação do poder público, estabelecendo diretrizes, planos e metas a serem atingidos. Praticamente dissociada de uma visão global e integrada sobre as questões mais prementes da cidade, como por exemplo, a da habitação voltada para a população de baixa renda, dando origem a toda a sorte de construções irregulares e, na maioria das vezes, insalubres e em terrenos invadidos.

Nesse contexto é elaborada uma nova política para a Amazônia, a saber, a de ocupar os espaços vazios, embora estes espaços geográficos já fossem ocupados por seringueiros e indígenas. Surgem então, grandes conflitos pela posse da terra e, respectivamente, a falência dos seringais o que forçava os seringueiros a abandonarem suas terras em troca de indenizações bem inferiores ao valor real, sendo alguns até mesmo expulsos de suas terras sem direito algum, para piorar a situação foi nesse período que houve um crescimento de forma exponencial, da população rural para urbana no estado.

O processo acelerado de urbanização que se desenvolveu no Acre proporcionou o surgimento de um grande déficit habitacional na maioria das cidades, ocasionando o surgimento de várias ocupações irregulares e precárias, levando a diversos tipos de problemas a ser enfrentados pelos gestores públicos. A demanda por moradia ocasionada por esse processo se verifica em sua grande maioria pelas populações de baixa renda, que ficam adstritas aos processos formais de conquista da moradia digna.

Procurou-se identificar a existência, na atualidade de ações de Política Pública voltadas ao enfrentamento desse dramático quadro, passando antes, por uma análise preliminar histórica e conceitual dos aspectos inerentes a esse direito.

O problema habitacional urbano é certamente um dos mais graves vivenciados no Acre. O déficit habitacional está relacionado à impossibilidade do

acesso das famílias de baixa renda à moradia, à terra urbana, principalmente a população de baixa renda, pois esta não consegue financiamentos, devido ao alto valor das prestações à falta de política de subsídios e às exigências legais e administrativas, o que contradiz com a Constituição Brasileira, em seu artigo 6º, onde consta que moradia é direito fundamental, e previsto expressamente com um direito básico, o direito de viver com segurança, com paz e dignidade.

1.3 Objetivo Geral

- Analisar a percepção da efetividade das aplicações das políticas públicas para formação dos bairros periféricos, tendo como foco o bairro João Eduardo, da cidade de Rio Branco/AC, a partir da década de 70.

1.4 Objetivos Específicos

- Verificar a percepção dos moradores quanto à efetividade das políticas públicas;
- Avaliar a importância dos movimentos sociais para o desenvolvimento da comunidade;
- Identificar as políticas públicas que foram implantadas no Bairro João Eduardo.

1.5 Justificativa

A população acriana sofreu uma grande mudança tanto cultural quanto econômica a partir da década de 70, valendo ressaltar a conjuntura vigente, a Ditadura Militar, que tinha em um de seus slogans “Integrar para não Entregar”. Nesse contexto é elaborada uma nova política para a Amazônia de ocupar os espaços vazios, embora estes espaços geográficos já fossem ocupados por seringueiros que habitavam ali desde o século XIX. Surgem então, grandes conflitos pela posse da terra com a vinda dos sulistas e respectivamente a falência dos seringais que forçavam os seringueiros a abandonarem suas terras em troca de indenizações bem inferiores ao valor real.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Um breve histórico da ocupação da cidade de Rio Branco

De todos os estados que compõe o território nacional brasileiro, o Acre é o que representa a história mais singular, pois foi o único a ser incorporado pela força armada, evento este que ficou conhecido como Revolução Acriana.

Sendo a região acreana *[sic]* uma das maiores produtoras de goma elástica, era natural que despertasse o interesse e o acirramento entre brasileiros e bolivianos pela posse da mesma. É necessário mensurar que o território que atualmente congrega o Estado supracitado pertencia, de direito, pelo Tratado de Ayacucho de 1867, à Bolívia, sendo que aos brasileiros havia a premissa de efetivamente promover a sua exploração e, por este motivo a reivindicar a sua incorporação ao Brasil, o que de fato se efetivara aos dezessete dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e três, através do Tratado de Petrópolis¹ (ALMEIDA NETO, 2004, p. 28)

Contudo, sua ocupação se deu bem antes da incorporação ao território acriano, a partir dos dois ciclos da Borracha, seguidos da especulação fundiária e pecuarização, sendo a última responsável pelo ciclo migratório, da população residente na zona rural para as cidades.

As terras, a priori fossem ocupadas por indígenas, passaram a ser “oficialmente” ocupadas por nordestinos que fugiam da seca de 1877. Sobre este assunto, Alcântara (2009, p. 24) esclarece que:

[...] o desenvolvimento da indústria gumífera e a formação da força de trabalho dos seringueiros deram-se à custa da interferência em formas de satisfação de necessidades que estavam completamente desvinculadas da acumulação de capital, de uma cadeia produtiva.

Nestes termos, o Acre desenvolve-se à medida que cresce a importância do látex e, torna justificável a sua incorporação ao território nacional. Logo, a manutenção das condições de trabalho dependia disso e não restava aos trabalhadores outra opção, senão lutar.

¹Acordo Diplomático assinado entre brasileiros e bolivianos, o qual estabeleceu a anexação de parte do Acre ao território brasileiro em 1903, mediante indenizações e outras concessões ao governo boliviano.

É preciso fazer, então, um parêntese, para refletir sobre afirmação do povo acriano, de ser “brasileiro por opção”, referindo-se à revolução que foi necessária para a conquista do Acre, que era boliviano. Ocorre que já se tinha um número tão grande de famílias ocupando determinado local e tirando dali o seu sustento, sem qualquer perspectiva de retorno para suas terras de origem, que não havia qualquer outra opção, senão lutar para torná-lo território brasileiro. Não era pelo Brasil que se lutava, mas pela continuidade das condições necessárias a sua sobrevivência, para que não lhes fossem retidos os seus meios de trabalho (ALCÂNTARA, 2009, p. 25).

Logo se considera de suma importância análise do ciclo econômico da borracha, cujo primeiro surto ocorre da segunda metade do século XIX até 1913, quando a industrialização crescia em grande escala nos Estados Unidos da América - EUA e a borracha da Amazônia foi inserida na corrida pela matéria prima. Considera-se como segundo surto, o período de 1942 a 1945, em que o Acre volta a ser um grande exportador de borracha em virtude do fechamento dos seringais de cultivo da malásia por ocasião da II Guerra Mundial.

Findada a guerra, o Acre é mais uma vez deixado de ser o grande fornecedor de borracha, posteriormente, a partir da década de 1970, se introduz a atividade agropecuária, sendo esta a maior responsável pela ocupação desordenada da cidade de Rio Branco. A crise do primeiro ciclo econômico (borracha) e a conseqüente expulsão dos trabalhadores rurais para as cidades, marca a emergência do segundo ciclo econômico vivenciado no Acre, a saber, a pecuarização, que muito contribuiu para a ocupação desordenada da cidade de Rio Branco. Segue-se a análise da ocupação do município de Rio Branco por ciclos econômicos.

2.2 Ocupação do território acriano no primeiro ciclo econômico

A crescente demanda mundial, impulsionada especialmente pelo desenvolvimento da indústria automobilística, assegurava o aproveitamento de toda a borracha produzida na região. A economia da Amazônia parecia lançada na via da prosperidade. Era difícil imaginar que aquela euforia fosse passageira, pois a Amazônia possuía o maior reservatório de borracha natural de que se noticia e, além disso, o domínio do mercado. (MARTINELO, 2004, P.54)

A incorporação do Acre como nova área de extração do látex correspondeu a um aumento significativo na produção da borracha. Segundo Craveiro da Costa, em

1899, o Acre contribuía com mais de 60% da borracha produzida na Amazônia (COSTA SOBRINHO, 1992, p.34).

Logo, podemos mensurar que o motivo da vinda dos nordestinos para o Acre está intimamente ligado a grande estiagem ocorrida em 1877-1879, que por sua vez quebrava a resistência dos senhores da terra, antes avessos a qualquer política de estímulo à migração de braços do nordeste.

A “ocupação” de Rio Branco no primeiro ciclo econômico é algo delicado, principalmente por se tratar do surgimento das necessidades de construções e transformações de uma região que começa neste momento, a receber grandes grupos de pessoas vindas de outras regiões do país, onde o ambiente era outro, especialmente diferente do *habitat* amazônico que por aqui encontravam. Logo serão demonstradas as origens históricas e espaciais do território acriano.

Do território à elevação do Acre à categoria de Estado, aconteceram mudanças drásticas no espaço hoje conhecido como Rio Branco, a capital do Estado. Até 1909, as construções das habitações eram lentas, e também não havia planejamento para edificação de uma cidade. Antes se obedecia ao crescimento à margem do rio Acre, da mesma forma de como de dava a estrutura de um seringal² (TOCANTINS *apud* ALMEIDA NETO, 2004, p.65).

Rio Branco era um espaço urbano incipiente, marcado por edifícios em madeira e pela dificuldade de reconhecimento entre o que era cidade ou seringal, não apenas pela estrutura física, mas pelas próprias condições econômicas, ou seja, pela predominância da atividade extrativista também no espaço tido como urbano. Há que ressaltar poucas casas comerciais tinha como principal atividade o abastecimento dos seringais.

Chegando ao Acre, os migrantes nordestinos iam para os seringais, que eram constituídos pelo barracão central, o principal ponto de venda de mercadorias para o consumo, e sua unidade propriamente dita foi chamada de centro. Neste local estavam localizadas as colocações³ onde estavam instalados o “tapiri”⁴ e,

²A maioria dos seringais do Acre, sempre se localizava às margens de um rio, a fim de viabilizar o escoamento da produção gumífera e, além disso, receber todos os gêneros, utensílios e instrumentos necessários para o funcionamento dos mesmos.(SOUZA2005, p. 92)

³ Local de moradia e posto de trabalho do seringueiro.

⁴O designativo ‘tapiri’ é geralmente utilizado pela historiografia local para caracterizar a casa do seringueiro. Entretanto, ‘tapiri’ se refere, na realidade, a uma barraca tosca em que o seringueiro

complementando a subunidade produtiva, a estrada ou estradas onde se localizavam as árvores para o corte e extração do látex.

O seringueiro necessitava de meios para sua atividade produtiva, bem como de materiais que eram “cedidos”⁵ pelo seringalista, instrumentos essenciais para seu trabalho, salientando que o seringueiro não tinha permissão de sair do seringal sem saldar seu débito e ainda que tivesse saldo estava obrigado a avisar o patrão com antecedência mínima de três meses. Em caso de fuga, uma vez capturado, seria punido como o proprietário achasse conveniente.

A idéia de enriquecer caía por terra e muitos foram os que não retornaram para seu estado de origem, enraizando-se no Acre mediante constituição de famílias nos seringais. Isso porque eles possuíam a obrigatoriedade dos trabalhos juntos ao barracão, pagando suas dívidas⁶. Além disso, muitos vieram para o Acre já pela falta de perspectivas decorrentes das secas nordestinas.

Com a eclosão da Segunda Grande Guerra, primeiramente com o conflito no interior do continente europeu e depois se generalizando com a conflagração mundial, colocou em evidência, ou melhor, no centro das preocupações das nações envolvidas, a questão do controle das fontes de abastecimento de matérias- primas, entre elas uma de fundamental importância: a borracha natural (MARTINELLO *apud* COSTA SOBRINHO, 1992, p.61).

A borracha, devido os seus múltiplos usos, era considerado verdadeiro nervo da guerra, pode-se entender daí o alvoroço e mesmo pânico que tomou conta dos planejadores militares americanos quando, bruscamente, 97% de suas fontes de suprimentos foram cortadas pela invasão japonesa da Malásia, Bornéu etc., logo após Pearl Harbour etc.

defuma látex. Processo através do qual consegue coagulação da matéria prima e, viabiliza a formação das pélas de borracha. A casa do seringueiro é por ele mesmo designada de barraca de moradia e para a guarda de alguns instrumentos de trabalho. (SOUZA, 2005, p. 89)

⁵ Era dado como adiantamento uma certa quantia de mercadorias indispensáveis para a sua segurança. O valor do adiantamento que fora dado em gêneros era anotado em conta corrente, nela também eram registradas as despesas da viagem. (SOUZA, 2005, p. 39)

⁶ O sistema de aviamento foi o mecanismo que, sob o comando do capital mercantil, organizou e articulou toda a economia extrativista da borracha. Logo este sistema de aviamento funcionava de modo que casa aviadora fornecia as mais diversas mercadorias ao seringalista mediante abertura de crédito; o seringalista assumia a obrigação de pagar o débito contraído com a entrega de sua produção anual de borracha, havendo então um acerto de contas entre as partes envolvidas. O seringalista, por sua vez, fornecia mercadoria para o seringueiro ou freguêsdo seu seringal, supostamente por um período de safra, sob a forma de adiantamento; o seringueiro se obrigava a pagar o débito contraído com a entrega da borracha que produziu. O acerto de contas seria feito no fim de cada safra ou fábriço. (SOUZA, 2005, p. 117)

Com a nova situação, tornou-se necessário atrair nova leva de migrantes para tocar a empresa seringalista, que se encontrava despovoada de braços para aumentar a produção. As condições de vida, o regime trabalhista tinha má fama. Fazia-se necessário, ainda, a criação de mecanismos que incentivassem e estimulassem o recrutamento de mão-de-obra para repovoar os seringais e garantir o êxito do empreendimento.

O pós- guerra e a queda de preço da produção ocasionam o abandono dos seringais em 1950, com 114.755 habitantes no Território do Acre e sem nenhuma medida federal que garantisse o sustento dos seringueiros, verifica-se a migração intensa sem base econômica para núcleos urbanos. (FRANCA, 2009, p. 31)

A cidade de Rio Branco, nos anos de 1950, contava com aproximadamente 30 mil habitantes; dessa população quase 10 mil moravam em área urbana. (COSTA SOBRINHO, p.95). O rápido crescimento da população urbana criou sérias demandas junto aos setores de habitação, serviços sociais e infraestrutura. As autoridades estaduais e municipais, tradicionalmente responsáveis pelo atendimento de tais necessidades, encontravam cada vez mais dificuldades em responder as suas crescentes obrigações financeiras.

2.3 Ocupação do território acriano no segundo ciclo econômico

Costa Sobrinho (1992) considera que a estrutura urbana do estado do Acre não era atrativa para as populações rurais, pois mesmo o Município de Rio Branco tendo estrutura urbana diferenciada dos demais municípios, na sua condição de sede da administração pública do Território, dispondo ainda de atividades comerciais de serviços e indústrias mais complexas, possuía uma população predominantemente rural.

Portanto, menciona-se o governador Francisco Wanderley Dantas, que seguia o padrão de economia liberal adotado pelos governos militares. No Acre o Estado e suas elites administrativas assumiram, durante algumas décadas, como política pública oficial o pacto de desenvolvimento econômico baseado na agropecuária. Dando todo apoio à pecuária no Estado, passando a praticar escravidão, o assassinio e a semear o medo nos seringais para que assim os seringueiros fossem embora de suas colocações. (KLEIN, 2009, p.23)

Mediante a vinda da população rural para a cidade, puderam-se perceber os impactos sociais que foram abruptos, ao passo que não houve planejamento para que a vinda da população rural migrasse para as cidades, pois cada seringueiro possuía seus valores, crenças, costumes e, além disso, formas de sobrevivência. Vale registrar aqui o que menciona Castells (2006, p.126) sobre a questão urbana:

A ideologia urbana é esta ideologia específica que apreende os modos e formas de organização social enquanto característicos de uma fase da evolução da sociedade, estritamente ligada às condições técnicas naturais da existência humana e, finalmente a seu quadro de vida.

Ocorre que os conflitos nos seringais acrianos, a partir de 1970, têm como base a mudança do modelo econômico, em que se deixava a produção extrativista para o desenvolvimento de atividades agropecuárias. Os seringais estavam sendo vendidos, assim como a idéia de que na Amazônia não havia habitantes, mas que aqui no Acre toda a floresta sempre foi habitada numa rede capilar de varadouros⁷ percorridos por seringueiros e outros habitantes da floresta. Por conseguinte os ocupantes do espaço rural são inseridos em uma nova situação, migrando para as cidades.

No tocante à migração para os centros urbanos, principalmente para a capital, pode-se dizer que a chegada em grande escala desse contingente migrante provocou em Rio Branco uma série de alterações de ordem econômica, política e sociocultural, a julgar que as condições estruturais da cidade não eram de todo satisfatórias, sendo que o resultado final e concreto desse fato materializou-se nos mais diversos bairros edificadas na periferia ... (ALMEIDA NETO, 2004, p.45)

Os objetivos da “Operação Amazônia” tinham forte conteúdo geopolítico, fazendo parte da estratégia de ocupação o deslocamento de imigrantes, nacionais ou estrangeiros, e homens de negócios empreendedores, dispostos a participar do grande projeto de integração nacional. Ao assumir o Governo do Acre, Wanderley Dantas, afinado com as diretrizes de modernização do Governo Federal, e adepto da política do “Brasil grande potência”, trazia para o Estado um projeto de transformação da economia que não passava pelo extrativismo (COSTA SOBRINHO, 1992, p.143-144).

⁷Estradas que ligavam uma seringueira à outra e uma colocação à outra.

O governo federal implementou o Programa de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio, visando o fortalecimento das cidades através de maior dotação de investimentos que possibilitem a coordenação das diversas ações realizadas nas cidades que o integram em acordo às diretrizes locais, estaduais e regionais de desenvolvimento urbano.

Na medida em que a proposta de adensamento não aconteceu, houve a expansão periférica que por sua vez a infraestrutura não acompanha os bairros que surgem. Consequentemente, o perímetro urbano extrapola sua expansão, principalmente em áreas inadequadas, fugindo completamente da proposta do Plano, ocasionando como resultado uma malha descontínua em áreas impróprias, junto a córregos, igarapés e em áreas alagáveis.

As chamadas periferias⁸ de Rio Branco começaram a surgir com mais profusão, a partir dos bairros Taquari e Cidade Nova e intensificando-se ainda, no bairro Seis de Agosto. Esses bairros novos não eram bem vistos pelo poder público da cidade, pois foram conquistados e ocupados por pessoas humildes, na maioria dos casos expulsas dos seringais ou que viviam sem casa própria (KLEIN, 2009, p.51). Portanto a mudança do espaço urbano refletiu uma desorganização social, evidenciando a não-relação entre o tamanho da população e a renda das pessoas. Sobre este assunto podemos mensurar a mobilidade, escolarização, população ativa, todos os fatores que deveriam especificar um conteúdo de uma sociedade “urbana”⁹ (CASTELLS, 1983, p.133).

Faremos um resgate da formação do bairro João Eduardo, entendendo como se deu sua formação histórica, destacando os elementos de mudança e transformação ocorridas naquele espaço. Mensurando a organização e elementos que nos auxiliarão a compreender a dinâmica de sua ocupação.

Segue, portanto, a formação do bairro João Eduardo, demonstrando as características da construção deste espaço sua infraestrutura, bem como os movimentos sociais que desencadearam conquista e perdas para a população.

Toda a construção histórica realizada até aqui se faz necessária pelo fato de que a organização do espaço territorial entendido como Bairro João Eduardo está intimamente relacionada com as questões de ordem material ou econômica. Logo,

“a problemática sociológica da urbanização e do desenvolvimento das cidades se dá, por conseguinte, a partir da relação entre as forças produtivas, classes sociais e formas culturais” (CASTELLS, 1983, p.36).

De acordo com Lima Bonifácio e Almeida (2007, p. 62) a formação do bairro João Eduardo, se deu, a partir da década de 1970. Antes disso, o local era formado por fazendas e colônias. Sendo que a ocupação do Bairro ocorreu por vários motivos, dentre eles a saída e a desativação dos seringais dos, bem como a falta de moradia disponível nos bairros já organizado da zona urbana.

Segundo Almeida Neto (2007, p.137) “outro fator que motivou a ocupação do bairro João Eduardo, foram os crimes bárbaros ocorridos naquela área” Esses motivos consolidaram os moradores dos bairros vizinhos Bahia e Palheiral a se reunirem para buscar uma solução para os problemas¹⁰.

O local era usado “como forma de encurtar espaço entre o Bairro da Bahia e a Rua Rio Grande do Sul, a rua parecia mais com um varadouro feito no meio do matagal”, prática criminosa de homicídios, consumo de drogas, assaltos, dentre outras acontecia naquele local. Os estudantes do turno da noite se tornavam os alvos mais expostos, tendo em vista que não tinha energia elétrica na rua em epigrafe, o que já havia sido motivo de inúmeras denúncias e reivindicações junto às autoridades competentes (ALMEIDA NETO, 2004, p.137)¹¹.



Figura 01- Populares pregando a placa de fundação do bairro João Eduardo, em maio de 1981
Fonte: PEREIRA; SILVA (2006, p. 20).

¹⁰ O bairro João Eduardo se localiza entre os bairros Castelo Branco, Palheiral e Bahia, acima pelos bairros da Floresta e Novo horizonte.

¹¹ Os dados são validados também por Klein (2009, p 81-85), Almeida Neto (2004, p 137), Revista João Eduardo do nascimento e, ainda reforçado mediante entrevista com antigos moradores.

Almeida Neto (2004, p.137) em seus relatos, afirma que o bairro João Eduardo, no início de sua formação, era conhecido como Bahia Nova. Foi constituído em um espaço de extensão de 799.050m², dividido entre 03 (três) proprietários distintos: Maria Amélia Araripe (dona de uma empresa comercial), empresa de construção civil, Santa Clara e, ainda, empresa HABITAR S/A¹². Esta ultima propalava a construção de um conjunto habitacional, mais não chegou a realiza nenhum benefício na área.

Mendes, (2011)¹³ afirma que a formação do bairro João Eduardo inicia-se em dezembro de 1979, devido à morte de um homem e do assassinato brutal de uma jovem estudante conhecida por Hosana. O local onde aconteceram essas mortes era um matagal, e corredor de entrada e saída do bairro. No entanto, a pessoa tinha que passar por ele para ir à escola ou outro lugar que necessitassem. Para solucionar esse problema, reuniu-se um grupo de Jovens da comunidade do bairro da Bahia, juntamente com algumas lideranças, dentre as quais se destacam João Eduardo e Granjeiro¹⁴, para irem até o Palácio do Governador, Joaquim Falcão Macedo encontrar resposta para a questão da violência.

A equipe foi recebida, embora o governador afirmasse que naquele momento, o que podia ser feito para resolver o problema seria aconselhar para que os moradores limpassem as laterais das ruas. Não aceitando a simplória decisão do Governador, os moradores começaram não só a limpar as ruas, mas também todo matagal e começaram a medir os terrenos e construir suas casas. Há que se destacar que muitos não tinham casas para morar e, portanto, viviam em barracos de papelão, de palha e de madeiras. José Granjeiro Mendes afirma, ainda, que a maior dificuldade encontrada na formação do bairro João Eduardo, foi com o poder público, que estava sempre contra os despojados e a favor dos empresários, pecuaristas e proprietários das terras¹⁵.

¹² A empresa Habitar S/A era uma empresa privada de construção civil, que trabalhava na parte de infra-estrutura do bairro.

¹³ Entrevista concedida em 1º de junho de 2010, na Secretaria de Estado de Desenvolvimento para Segurança Social (SEDSS), por José Granjeiro Mendes, popularmente conhecido por Granjeiro, que na década de 1970-1980, foi presidente e vice-presidente da comissão de moradores e líder de Comunidade Eclesiais de Base.

¹⁴ O mandato do João Eduardo, como líder da comissão de moradores e do Granjeiro como vice-líder, foi de 1974 a 1981.

¹⁵ Os dados obtidos sobre esse assunto são resultados de entrevista concedida por José Granjeiro Mendes realizada no dia 1º de junho de 2010 na Secretaria de Estado de Desenvolvimento para

Para Pacífico (2011)¹⁶ “o bairro João Eduardo ele surge como fruto de uma luta de homem e de mulheres guerreiras que sentiam na pele de um lado a importância deles como pessoas que não tinham estabilidade mais que tinham que ser respeitadas”.

Klein (2009, p. 85) afirma que os moradores do Bairro Bahia e adjacência logo fizeram uma reunião para discutir a situação da violência do bairro João Eduardo, e decidiram que a solução para esses problemas seria a ocupação da área que era um grande matagal. Além de resolver o problema da violência, a ocupação resolveria o problema para muitas pessoas da região que não tinham casa própria.

A comissão se deparou com um grande problema, porque muitas pessoas apareceram interessadas em morar no local. Eram os egressos dos seringais em sua maioria, e algumas pessoas que moravam de aluguel, em casas emprestadas ou junto com parentes. Diante disso, a comissão passou cinco meses, entre 1979 e 1980, arrumando lugar para aproximadamente 200 famílias.

Essa comissão ficou responsável por medir os terrenos, distribuir os lotes entre os moradores, traçar ruas e enviar ofícios às autoridades solicitando desde iluminação pública até rede de água e esgoto. João Eduardo era considerado pela comunidade um “engenheiro”, responsável pela abertura das ruas e pela organização das casas. Vale ressaltar ainda que o caso do bairro João Eduardo não era uma pura e simples invasão especulativa, mas uma ocupação com critérios e regras de organização com normas a serem seguidas, construídas pela própria comunidade.

Na cidade de Rio Branco, por exemplo, trabalhadores que nos anos de 1970 passaram a ocupar as áreas onde hoje estão assentados os bairros Taquari, Cidade Nova, Aeroporto Velho, Bahia, João Eduardo, Sobral e Palheiral, foram logo chamados de “invasores”. Foram tratados como se fossem saqueadores e bandidos.

A primeira represália à ocupação veio por parte da prefeitura, através de um fiscal, que proibiu o desmate e a construção de barracos pelo prazo de oito dias até que encontrasse uma via legal para resolver a situação. Solicitava, ainda, que os moradores assinassem as ordens de embargo. Como os moradores não tinham

Segurança Social (SEDSS), validados também por (ALMEIDA NETO, 2004, p. 138; KLEIN, 2009, p. 82 – 85).

¹⁶ Manoel Pacífico da Costa, ex-padre, foi líder de Comunidade Eclesiais de Base, lutou pelos oprimidos e necessitados. A entrevista foi realizada no dia 18 de outubro de 2010, no escritório do deputado Federal Nilson Mourão.

conhecimento desse documento, preferiram não assinar sem antes pedir aconselhamento ao coordenador da comunidade de base do bairro Bahia, José Granjeiro Mendes. Este os advertiu a não assinarem nenhum documento, tendo em vista que tal atitude poderia trazer problemas futuros (ALMEIDA NETO 2004, p.139).

Em dia 22 de abril de 1980, por decisão da comissão cerca de 500 pessoas, dirigiram-se para a frente do palácio Rio Branco para pedir ao governador Joaquim Falcão Macedo a desapropriação da área ocupada. A comissão foi recebida em seu gabinete, onde foi discutido o problema e, Alegando dificuldades apresentou duas propostas: a primeira determinava que a Companhia de Habitação do Estado do Acre – COHAB/ACRE¹⁷ compraria a área e revenderia os lotes cobrando mensalidades reduzidas, realizaria todo o trabalho de infra-estrutura como: rede de esgoto, água tratada, luz, pavimentação das ruas e um banheiro em cada casa.

Na segunda proposta, o governo proporia uma negociação com os donos da empresa HABITAR S/A, com a finalidade de sensibilizá-lo a venderem os lotes aos ocupantes, cobrando da mesma forma, mensalidades compatíveis com o poder aquisitivo dos mesmos, tendo o próprio governo como avalista. Por outro lado, a comissão deveria apresentar uma lista dos ocupantes que não possuíam terreno, pois somente esses seriam contemplados no acordo, caso o mesmo se efetivasse na prática, sendo esta última aceita pela comissão (ALMEIDA NETO, 2004, p. 98 - 140).

É fato que a ocupação do bairro João Eduardo aproveitou experiências que não deram certo na ocupação de outros bairros como: Bahia, Palheiral e demais comunidades das proximidades. Além disso, a preocupação era que o bairro fosse preparado para que, se possível, a prefeitura pudesse fazer os benefícios na área sem ter que abrir ruas no meio dos quintais, montar uma rede de esgoto com mais facilidade, enfim seguir com políticas públicas organizadas para estruturar o bairro sem mover as residências. Outro fator que foi importante para a origem do referido bairro foi o apoio da Igreja. João Eduardo e Granjeiro foram considerados os dois líderes mais importantes por parte da comunidade e pela religião, eram investidos de autoridade (KLEIN, 2009, p. 88 - 89).

¹⁷ A Companhia de Habitação do Estado do Acre - COHAB/ACRE é uma sociedade de economia mista em que o governo do Estado é o principal acionista, instituída pela Lei Estadual nº 61, de 17 de dezembro de 1967.

No dia 18 de fevereiro de 1981, por volta das 9h da manhã, quando João Eduardo, acompanhado de mais 10 (dez) companheiros, estavam fazendo o balizamento de uma rua que atingiria os lotes de Francisco Nogueira Leite, (conhecido por “Ventinha”) foi alvejado por um tiro de espingarda calibre 20, sendo levado logo em seguida para o Pronto Socorro, por seus companheiros para atendimento médico. Devido o tiro ter atingido várias partes do corpo e, mesmo sendo submetido a uma cirurgia, não resistiu aos ferimentos e faleceu. Ventinha foi preso, passou apenas 30 (trinta) dias na cadeia, porque um juiz o liberou de sua acusação por ter contraído hanseníase. Ocorre que as pessoas que tinham a doença em epígrafe, além de não ficar presas, não podiam ser julgadas, tal como os que não tinham essa doença e, viessem a cometer algum crime. (KLEIN, 2009, p. 97; ALMEIDA NETO, p. 142).

Quando o Francisco Nogueira Leite, conhecido por Ventinha, viu os homens em frente sua casa disse apenas “saíam daqui”. Os homens não deram importância (...) e Ventinha recolheu-se a sua casa e de lá disparou um tiro com uma espingarda calibre 20, atingindo o peito do líder comunitário. Aldo Lopes, um dos homens que estava ajudando demarcar os terrenos conta como ocorreu o assassinato: “nós gritamos: ele está com uma espingarda” e quando João Eduardo, que estava de costa, virou-se, foi atingido. Logo em seguida seus companheiros levaram para o pronto socorro mais não resistiu (LIMA BONIFÁCIO, 2007, p. 63).

Após a morte de João Eduardo, Mendes (popularmente conhecido por Granjeiro) assumiu a presidência da Comissão de moradores, ele continuou os trabalhos desenvolvidos pelo João Eduardo. Por motivo da execução do projeto ser demorada e, também, por não atender as expectativas dos moradores, tendo em vista que a empresa queria diminuir os tamanhos dos lotes de 96 moradores, eles não aceitaram a realização do referido projeto.

Portanto, no dia 20 de agosto de 1982, uma comissão de 21 moradores reuniu-se para ter uma conversa como o governador, o qual mandou suspender o trabalho que já vinha sendo executado pela COHAB/ACRE, e que ela realizasse outro projeto que atendesse as reivindicações dos moradores. Mais uma vitória do movimento comunitário do bairro João Eduardo. Foi um exemplo concreto de lutas e resistência de ex-seringueiros na periferia de Rio Branco (ALMEIDA NETO, 2004, p. 142-143).

Maria Souza do Nascimento, viúva de João Eduardo, surgiu à idéia de criar uma entidade que levasse o nome de João Eduardo. Sendo construída em outubro de 2002, e inaugurada em 22 de dezembro de 2002.

Silva, (2006, p. 20-21) menciona que a Fundação João Eduardo do Nascimento (FUNJEN) foi criada com a finalidade de dar continuidade às ações promovidas por João Eduardo e, seu nome não caísse no esquecimento. “No ato da inauguração foi realizada uma exposição retratando a trajetória de vida do João Eduardo, onde esteve presente o Padre Asfury, que cantou o hino em homenagem a João Eduardo e ainda discursou sobre a importância da FUNJEN”.



Fig. 03 - Ato de inauguração da FUNJEN.
Fonte: Acervo pessoal de José Josimar César Feitosa.

A FUNJEN foi uma entidade sem fins lucrativos, que tem por objetivo dar apoio a pessoas ou famílias de baixa renda, prestar assistência à criança e ao adolescente em situação de risco, ministrar curso de qualificação profissional, dentre outros. Seu primeiro presidente foi Manoel de Souza do Nascimento, um dos filhos de João Eduardo. Em maio de 2003 a FUNJEN passou a receber mantimentos vindos do Programa Fome Zero²¹. Para alimentar as crianças, serviam café da

²¹Fome Zero é um programa do governo federal brasileiro que foi criado em 2003, em substituição ao Programa Comunidade Solidária, que fora instituído pelo Decreto n. 1.366, de 12 de janeiro de 1995, pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, para o enfrentamento da fome e da miséria.

manhã, merenda, almoço e sopa à tarde. Os trabalhos executado na creche eram executados por voluntários.

Pode-se dizer que João Eduardo, ao morrer, deixou uma semente que cresceu e frutificou, gerando bons frutos. “Quanto a João Eduardo, sua memória vai ser sempre homenageada, dentro e fora dos limites da FUNJEN” (SILVA, 2006, p. 2)

Feitosa, (2011) afirma que uma das principais dificuldades encontradas no bairro foi a falta de apoio do poder público, que deixou a desejar em relação aos moradores do bairro, onde muitas vezes não deu o apoio necessário para a comunidade, principalmente como relação a infra-estrutura que ainda deixa a desejar por parte dos governantes.

Segundo o presidente, os Governos que mais apoiaram o desenvolvimento do bairro foram Flaviano Melo e Jorge Viana, pois ambos investiram em infra-estrutura do bairro, como pavimentação de ruas, rede de esgoto, água tratada, educação e lazer. Fomentou que ainda falta muita coisa a ser feito em benefício do bairro como, por exemplo: a própria Associação do bairro que até o presente momento não existe, bem como pavimentação de ruas, Posto de Saúde, Escola, rede de esgoto e área de lazer²².

De fato, é possível perceber que, a partir da década de 1990, as Associações de moradores não têm sido mais atuantes no desenvolvimento de seu objetivo, que é representar a comunidade junto aos órgãos públicos em busca, principalmente de infra-estrutura urbana que atenda a população local (LIMA BONIFACIO ALMEIDA, 2007, p. 65).

Ao analisar a conjuntura brasileira no início do século XX, verifica-se, sendo estes entendidos como organizações estruturadas, com a finalidade de criar formas de associação entre pessoas e entidades que tenham interesses em comum, para a defesa ou promoção de certos objetivos perante a sociedade.

Mas como o processo de ocupação de muitos bairros da cidade de Rio Branco/AC se deu por meio de invasão, o processo acelerado de urbanização que se desenvolveu de maneira errada, proporcionando assim, o surgimento de um grande déficit habitacional na maioria destes bairros, ocasionando várias ocupações irregulares e precárias, levando a diversos tipos de problemas a serem enfrentados

²² Informação verbal colhida através de entrevista realizada com Feitosa, presidente do bairro João Eduardo II, no dia 10 de outubro de 2011

pelos gestores públicos, principalmente populações de baixa renda, que ficaram sem moradia digna.

A situação desses moradores era muito precária. Fome, seca, miséria, violência e abandono político afetavam a todos, principalmente, a população mais carente. Toda essa situação, em conjunto com o fanatismo religioso, desencadeou um grave problema social. Com a seca do nordeste, muitos foram atraídos através de propagandas e vieram com intuito de enriquecer, muitas vezes deixaram suas famílias em suas respectivas cidades, com promessas de voltarem ricos, mas na grande maioria das vezes isso não aconteceu.

Os confrontos, as lutas que destacam os movimentos sociais na atualidade, têm a ver com a história de lutas da população trabalhadora. No Brasil esta história tem um dos seus capítulos importantes a partir da segunda república, quando a consolidação da economia urbano-industrial fez com que essas lutas passassem a fazer parte do cenário político do país. É a época em que as lutas passam a ser gestadas com certa Consciência de classe e não como forma instintiva e parcializada de reação. A problemática maior da população trabalhadora passa a ser reconhecida como problemática coletiva, que, portanto, deve ser enfrentada coletivamente. Como meio de enfrentamento coletivo, tem-se como lugar privilegiado o sindicato (SOUZA, 2008, p. 105)

Conforme Souza (2008, p.108), as políticas sociais têm sua origem estreitamente ligada ao desenvolvimento urbano Industrial. Este desenvolvimento acentua as contradições sociais e essas, por sua vez, fazem emergir a chamada consciência de classes dos trabalhadores.

No Brasil, a consolidação do desenvolvimento urbano industrial põe em evidência a chamada questão social, que se define a partir da consciência da classe trabalhadora quanto a sua realidade e quanto a seus direitos sociais. A questão social, no entanto, faz com que o estado reatualize suas funções até então caracterizadas mais pelo exercício do controle e da repressão. A criação da justiça do trabalho, da previdência social e de condições para reconhecimento e legalização dos sindicatos e indicativa dessa reatualização. (CASTELLS, p.8).

A década de 1960, com os governos Jânio Quadros e João Goulart, foi marcada por estagnação econômica, herdada do período anterior (endividamento externo, de difícil liquidação, incapacidade de inversões privadas em novas atividades produtivas e pressões inflacionárias). Tal situação fez com que governo apresentasse uma proposta mais progressista de políticas públicas e uma intenção deliberada de intervir nas bases de políticas e instituições estratégicas.

Santos (2002, p. 93) relata que as Comunidades Eclesiais de Base foram um dos primeiros movimentos em Rio Branco, na década de 1970/1980. As CEBs, pela sua importância educativa e social, têm uma função geradora, um caráter formador e transformador no que diz respeito à reivindicação. Todavia, as CEBs, se constituem no próprio movimento popular, onde a sua prática estava voltada para a dimensão social, ou seja, realizavam ações que reivindicavam a implantação de infra-estrutura dos bairros. Vale destaque para as associações que eram mecanismos mais autônomos e, portanto, com maior capacidade de articulação política. Pôde-se observar que os sujeitos participantes das associações dos bairros na sua maioria faziam parte das Comunidades Eclesiais de Base.

A Prelazia do Acre, diante de todos seus trabalhos com Comunidades Eclesiais de Base, com as Pastorais, com o Centro de Defesa de Direitos Humanos (CDPHE), com hospitais, com educação e com sua participação na política local, ficou credenciada para que nos anos de 1980 pudessem estabelecer trabalhos mais sistemáticos junto às comunidades. A Prelazia do Acre apoiava alguns políticos de esquerda, principalmente aquele vindos do Partido dos Trabalhadores (PT)²³. Era um caminho escolhido, a opção pelos pobres (SOUZA, 2008, p. 120).

2.4 As políticas públicas e suas aplicabilidades

Neste processo de luta pela garantia de direitos já mencionados, o que se verificou foi à total ausência de políticas públicas, para as “ocupações” da cidade de Rio Branco, pois muitos seringueiros foram expulsos de suas terras, pelos pecuaristas, e como os que estavam à margem da sociedade não tinham para onde ir, buscavam abrigo nas cidades e com isso havia o crescimento desordenado da cidade.

Sendo que ela não tinha um mínimo de infra-estrutura para atender a demanda vinda dos seringais, no tocante a migração para os centros urbanos, principalmente para a capital, pode-se dizer que a chegada de grande escala desse contingente migrante provocou em Rio Branco uma série de alterações de ordem

²³ A fundação do PT no Acre acontece com vários grupos particularmente, majoritariamente, a Igreja Católica a partir das comunidades eclesiais de bases; os trabalhadores e sindicalistas, que eram poucos basicamente rurais, também ligados à igreja católica, e alguns professores e estudantes - Antonio Manoel entrevistado por Adão galo Junior

econômica, política e sócio cultural, a julgar que as condições estruturais da cidade não eram de todo satisfatórias, onde o resultado final e concreto desse fato materializou-se nos mais diversos bairros edificadas na sua periferia (ALMEIDA NETO, 2004, p. 45).

Hoje vivemos um momento ímpar no enfrentamento das demandas urbanas, onde o direito à cidade em sua totalidade, finalmente é colocado na pauta da agenda política nacional, através da criação do Ministério das Cidades. As grandes expectativas se devem ao fato desse órgão ser composto por profissionais com experiência e compromisso com o desenvolvimento de projetos de entidades da sociedade civil e que agora assumem a missão de elaborar e implementar políticas públicas do governo federal para o meio urbano.

O surgimento das chamadas periferias de Rio Branco começaram com mais profusão nos bairros que crescerem muito. Esses bairros novos não eram bem vistos pelo poder público da cidade, pois eles foram conquistados e ocupados por pessoas humildes, que na maioria dos casos tinham sido expulsas dos seringais ou que viviam sem ter casa própria.

O que mais causa desconforto aos moradores é o fato de não haver uma política habitacional que venha suprir suas necessidades, onde muitos moram de aluguel, ou em casas insalubre, o que causa outro problema, devido a falta de infraestrutura, e os moradores adoecessem com uma frequência muito grande, principalmente as crianças.

Os postos de saúde não são suficientes para tender a todos com dignidade, segundo o relato de Mendes, um dos entrevistados, "todas as madrugadas são dezenas de pessoas nas filas do Posto de Saúde esperando uma vaga para o atendimento médico." Mesmo com diversos manifestos feitos pelo moradores ainda não resolveram este problema.

O Bairro João Eduardo, mesmo tendo seu surgimento diferenciado dos demais, foi uma invasão ordenada e organizada pelas CEBs, onde as comunidades resolveram com manifestações em frente ao Palácio do Governador, para que assim se garantisse a ocupação do bairro. E sua formação se deu por vários motivos, dentre eles o êxodo rural em consequências dos seringueiros e seringueiras estarem saindo num volume muito grande dos seringais nos anos 70, a falta de moradia e,

além do mais, a violência no local, que moveu os moradores dos bairros vizinhos. Essa década viu um movimento de pessoas chegando às chamadas periferias de Rio Branco. (KLEIN, 2009, p. 85).

Assim, o governo não tendo estrutura orçamentária para oferecer financiamento de moradia para todas as pessoas, faz-se necessário então se buscar alternativas (como por exemplo, a realização de parcerias público-privadas) capazes de viabilizar e possibilitar o atendimento a essa enorme demanda social.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

3.1 Tipo e descrição geral da pesquisa

A pesquisa realizada foi de abordagens múltiplas, o método foi qualitativo e quantitativo. Também, foi realizada uma análise sobre a história do bairro, baseando-se em livros históricos, em entrevistas com antigos moradores. O método dialético foi o escolhido para construção do trabalho, por conceber que a análise dos movimentos sociais, como forma de buscar e exigir as aplicações das políticas públicas no bairro João Eduardo está inserida dentro de uma estrutura de classes.

3.2 Caracterização da organização, setor ou área

Neste trabalho de pesquisa trará uma análise sobre, como seu deu a ocupação do Bairro João Eduardo, na cidade de Rio Branco/AC, a partir da década de 1970, dando destaque para as políticas públicas e a insatisfação dos morador com a ausência dessas políticas.

3.3 População e amostra

As lacunas deixadas pelo registro histórico serão completadas pelas entrevistas semi-estruturadas fechadas realizadas com (03) três antigos moradores e (02) dois líderes comunitários que participaram da formação do bairro, além do presidente do bairro. Jornais de época e projetos que envolvem ou envolveram o bairro serão também pesquisados. Será feito um questionário com perguntas fechadas para a entrevista com os morados, num total de 120 (cento e vinte) pessoas. Além disso, visitas às instalações serão necessárias, a fim de identificar, resumidamente, que tipos de políticas acontecem hoje no bairro e, as que ainda precisam ser implantadas, será visitado as escolas, posto de saúde, creche e outras que existirem no bairro. Destaque-se que o número total é de 1.087 residências, assim, a pesquisadora precisa conhecer a realidade, tanto dos acontecimentos passados quanto do presente, para que o possibilite fazer uma análise dos fatos

hora investigados para possibilitar o conhecimento da aplicabilidade das políticas públicas.

3.4 Caracterização dos instrumentos de pesquisa

Foram utilizados 2 (dois) instrumentos de coleta de dados: o 1º, foi um roteiro com perguntas para os antigos moradores e líderes comunitários e o 2º, foi os questionários respondidos pelos moradores, além de observação ou visita. A população e a amostra foram tabulados e os dados apresentados. A análise teve 2 etapas, sendo a primeira qualitativa, com a análise de conteúdo do instrumento, e a segunda, quantitativa, estatística e descritiva, tendo como roteiro os seguintes questionamentos: 1) Há quanto tempo você mora no bairro? 2) Conte um pouco da história do bairro. 3) Como você se sente enquanto morador em relação aos benefícios recebidos do Governo para com o bairro? 4) A comunidade está satisfeita com as políticas públicas existentes no bairro? 5) O que seria mais necessário hoje no bairro?

3.5 Procedimentos de coleta e de análise de dados

Considerando a data da pesquisa como setembro e outubro de 2011, que os dados coletados em toda a extensão do bairro João Eduardo I, a partir de uma amostra de 120 residências onde um questionário foi aplicado por residência independentes do número de moradores, o que totalizou o montante de 120 questionários.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para que tenhamos uma população satisfeita em sua plenitude é muito difícil, mas pelos menos atender suas necessidades básicas de acordo com percepção dos moradores do que é política pública é dever do Estado. Mas de acordo com a pesquisa realizada, muita coisa ainda precisa ser feito para amenizar o sofrimento dos moradores principalmente em relação à saúde, moradia, infraestrutura e lazer.

Identificou-se que a maioria dos entrevistados são mulheres (70%), sendo que muitas delas assumem a responsabilidade de serem “chefes da família”. Este fato pode ser comprovado no gráfico subsequente, que identificou a população solteira como de 40%.

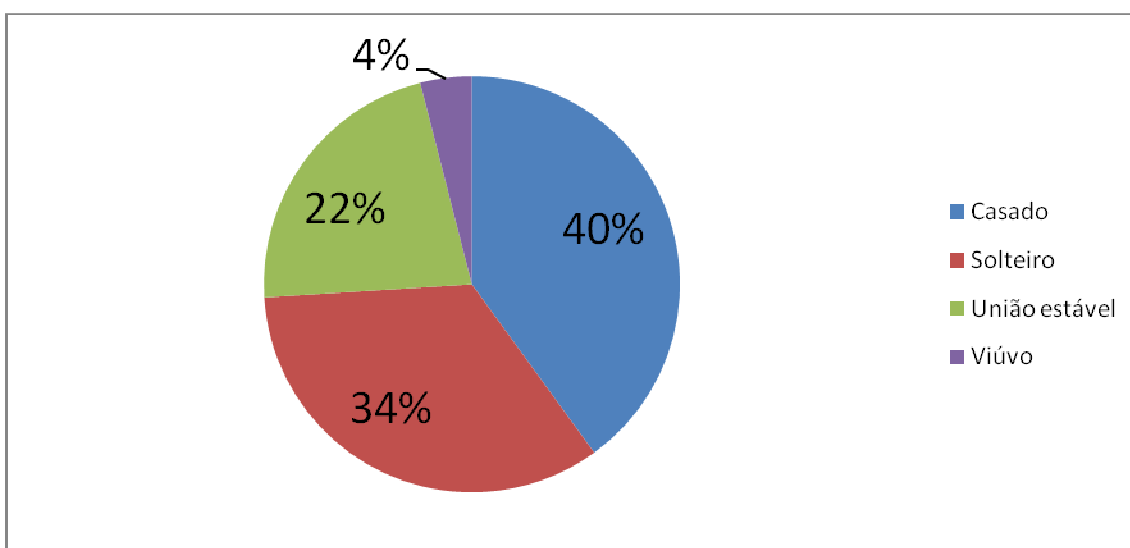


Gráfico 1: Moradores João Eduardo I, em 2011 – Gênero
Fonte: Antonieta

Em boa parte dos casos, os entrevistados que afirmaram ser solteiros já haviam passado por uma ruptura familiar, posto que 82% dos entrevistados tinham filhos.

A situação de escolaridade do bairro João Eduardo I, formado por ex-seringueiros, na sua maioria sem escolaridade, permanece com poucos avanços, com apenas 4% de acesso ao nível superior. Exatamente 34% dos moradores

possuíam ensino fundamental incompleto e 14 %concluíram o mesmo. O percentual de pessoas com ensino médio incompleto foi de 24% e ensino médio completo 20%. Havia outros 4% que cursavam o ensino superior na data da pesquisa, sendo um destes o presidente o bairro.

De acordo com os dados relatados no gráfico, percebe-se que o grau de escolaridade existente no bairro ainda é precário, necessitando de programas que visem à formação dos moradores e, até mesmo, turnos especiais nos colégios do bairro para alunos que almejem a conclusão dos estudos. A educação profissional também se faz necessária dado o alto índice de desemprego.

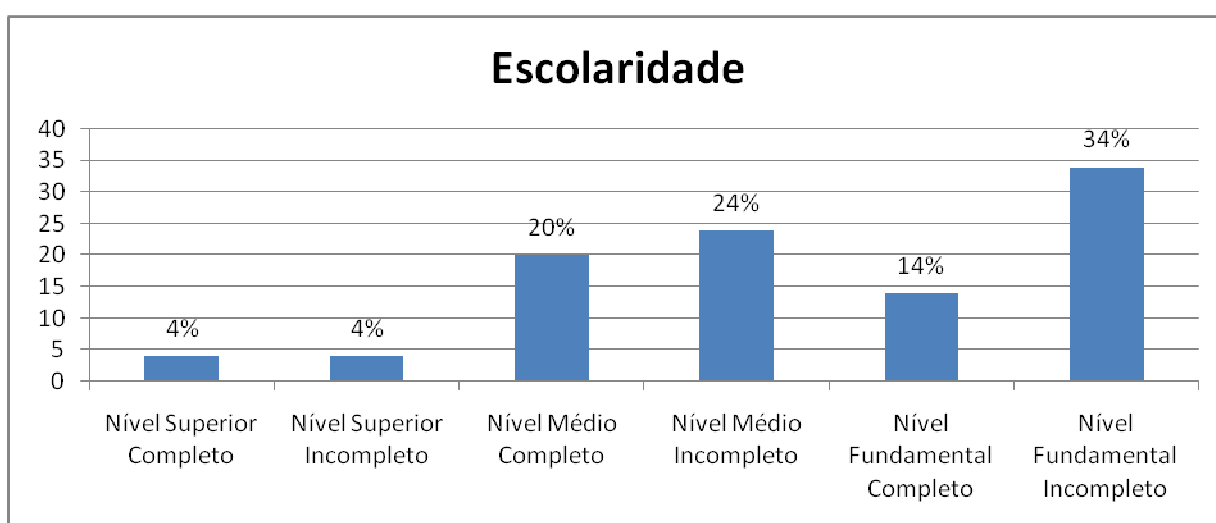


Gráfico 2: Moradores João Eduardo I, em 2011 – Escolaridade
Fonte: Antonieta

Sobre a inserção dos moradores do bairro no mercado de trabalho, 20% estão inseridos no setor público e 20% no setor privado. Outros 20% são autônomos e 40% são os considerados como “exército de reserva”, pois estão desempregados. Essa situação pode ser refletida na renda relatada pelos moradores, tal como segue no gráfico a seguir:

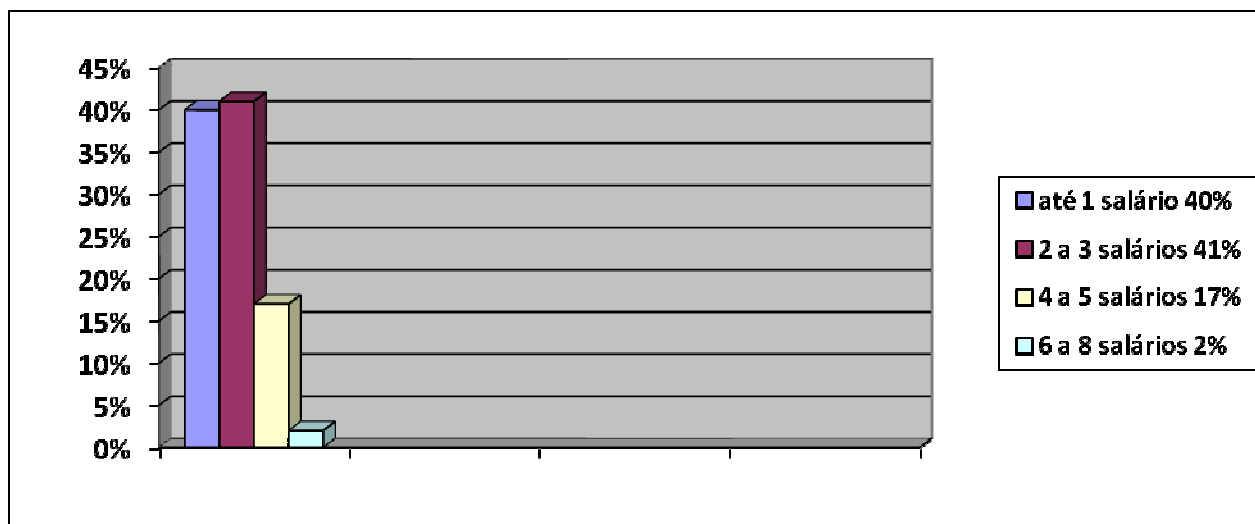


Gráfico 3: Moradores João Eduardo I, em 2011 – Renda Familiar

Fonte: Antonieta

No que diz respeito à renda familiar dos moradores do bairro João Eduardo I, pode-se identificar que a boa parte possui rendimento de até um salário mínimo, totalizando assim 40 % da população entrevistada, 41% recebem de 2a 3 salários e apenas 17% tem renda de 4 a 5 salários mínimos. Em contrapartida, somente 2% dos entrevistados tem renda de 6 a 8 salários mínimos mensais.

Esses dados transmitem como a população daquela comunidade é carente, onde muitos não possuem um mínimo para sobreviver, estando completamente à margem da sociedade. Sociedade esta, extremamente desigual, onde o número de miseráveis cresce a cada dia ao passo que uma pequena parcela possui rendimentos exorbitantes.

Silva (2011), presidente do bairro João Eduardo I, mencionou que até a década de 1980 existiam poucos equipamentos públicos disponíveis à população residente no bairro; o que impedia o acesso a alguns direitos de cidadania, especificamente os direitos sociais.

No que concerne a infra-estrutura, apenas algumas ruas eram abertas e, quando os dias de chuva se prolongavam, tornavam-se um lamaceiro tão intenso que, para as pessoas se deslocarem para o trabalho tinham que colocar sacolas para não sujarem os pés, calçados e roupas. A Empresa Habitar Brasil pavimentou várias ruas do bairro João Eduardo II, mas no que se refere ao João Eduardo I, com as onze ruas existentes, apenas a rua principal recebeu benefício, a saber, a Rua

Campo Grande²⁴. Além disso, córregos transbordavam e alagavam casas, levando em suas águas alguns parasitas e doenças. Também foi mencionada a ausência de saneamento básico (água e rede de esgoto), módulo de saúde e comércios de grande porte. Assim, percebe-se maior crescimento em infra-estrutura no Bairro João Eduardo II.

Sobre a infraestrutura, 84% afirmaram insatisfação, em parte pelas péssimas condições das ruas, rede de esgoto e pavimentação existentes no bairro. Entretanto alguns moradores entrevistados afirmam ser mais ou menos satisfeitos, a maioria residentes nas poucas travessas que possuem pavimentação. Os 4% restantes, que afirmam satisfação total moram na rua principal que possui asfalto e rede de esgoto.

Sobre as unidades de saúde, o bairro João Eduardo I não possui módulo de saúde, sendo a maioria das pessoas atendidas no bairro Palheiral ou, ainda, no bairro João Eduardo II. Nestas condições, 36% dos entrevistados mencionaram estar satisfeitos com os serviços oferecidos destacando os profissionais como capacitados a atender as demandas existentes e, além disso, os serviços prestados suprem as necessidades dos usuários. Dentre os que estão mais ou menos satisfeitos (34%), reclamaram da demora no atendimento e outros 30% mencionaram insatisfação com os serviços oferecidos nos bairros. É certo que os usuários preferem se deslocar para as Unidades de Pronto Atendimento (UPA), do que utilizar os serviços nas unidades mais próximas.

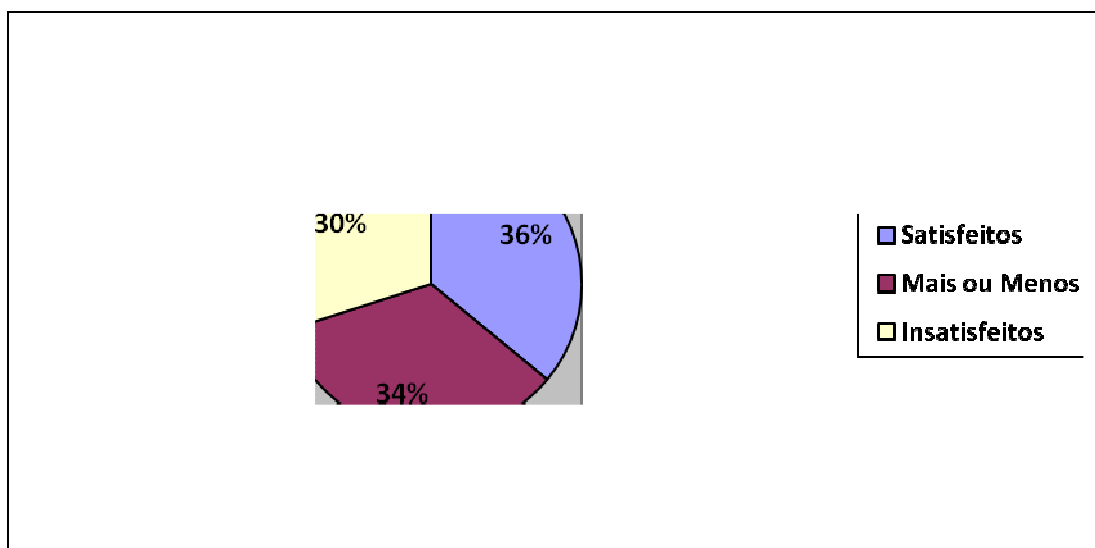


Gráfico 4: Moradores João Eduardo I, em 2011 – Utilização da Unidade de Saúde
Fonte: Antonieta

²⁴ Informação verbal colhida através de entrevista realizada com o Francisco das Chagas Gomes da Silva, presidente do bairro João Eduardo I, no dia 10 de outubro de 2011, na Sede da Associação do bairro.

Sobre as condições de moradia, identificou-se que 64% dos moradores possuem casa própria, 28% moram em residências cedidas por parentes ou amigos e, 8% moram em casas alugadas. A situação de moradia mudou em relação à década de 1970, atualmente as maiorias das estruturas são em alvenarias, havendo ainda residências em madeira. Muito ainda deve ser feito relacionado a políticas de habitação, pois além de muitos morarem em casa com situações precárias, vários moradores ainda almejam o sonho pela casa própria.

Algo mais grave pode ser observado em relação ao percentual de entrevistados que não possuíam título definitivo, o que alcançava o montante de 96%. Tal fato pode ser explicado por algumas situações: falta de informação sobre a instituição responsável por expedir o documento; débitos em relação ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU); ou até mesmo a falta de interesse por tal documento já que a expedição está ligada à burocracia de município. No segundo caso, é válido afirmar que só o imóvel em dias com este tributo pode adquirir tal documento.

O acesso dos moradores ao bairro se dá em 64% dos casos mediante uso de ônibus, sendo que este não transita por todas as ruas do bairro, apenas na principal. Exatamente 6% afirmaram usar também bicicletas, 18% utilizam carro próprio, 4% mencionaram que utilizavam motocicletas e outros 8% afirmaram se locomover a pé. Considerando que a maioria da população é usuária de transportes coletivos faz-se necessária a expansão da frota de ônibus.

Para 64% dos moradores a segurança no bairro é boa, pois a Polícia Militar está mais presente no local e com isso a população se sente mais segura. Prova deste fato é a diminuição do índice de violência. Como 22% dos entrevistados mensuraram que a segurança do bairro é considerada regular, 8% consideram que a segurança é ótima e, 6% expressaram a segurança é péssima.

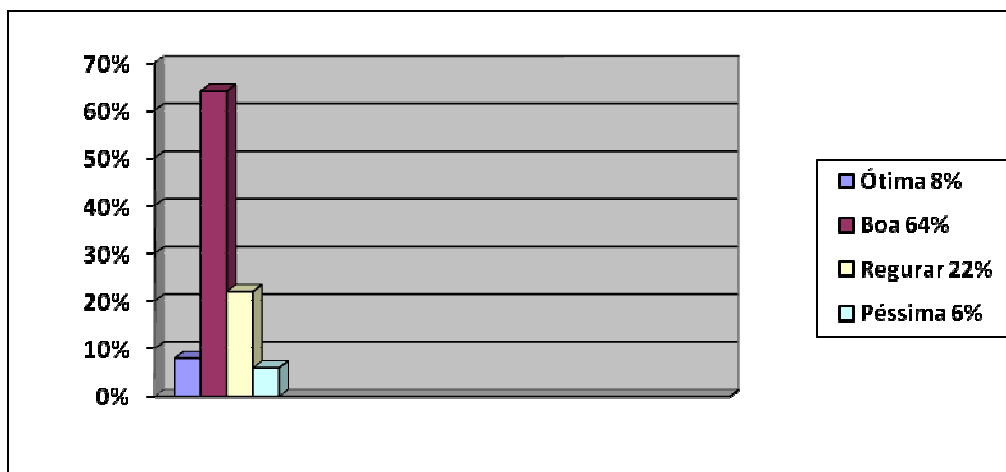


Gráfico 5: Moradores João Eduardo I, em 2011 – Segurança
Fonte: Antonieta

A partir da década de 1980, começaram os investimentos em infraestrutura no bairro (construção de escolas, transporte coletivo, módulos de saúde, pavimentação de ruas, etc.), o que tem se constituído como um processo limitado e precário. Para se ter idéia, no ano de referência da pesquisa (2010) existia somente duas escolas estaduais de ensino fundamental.

A Escola João Paulo I foi criada em 1982 e possuía, na data pesquisa, 500 alunos matriculados nas séries iniciais do ensino fundamental, nos turnos matutinos e vespertinos. No início a escola era em forma de um chapéu de palha, sendo reconstruída em alvenaria em 1987, no governo de Flaviano Flávio Batista de Melo (1987 a 1990). Através de relatos de pessoas da comunidade e/ou funcionários da escola informaram que a mesma chegou a funcionar com 1050 alunos do pré-escolar às séries finais do ensino fundamental, além de ensino supletivo e PAJA²⁵.

A Escola Marilda Gouveia Vieira, fundada em 13 de maio de 1986, foi construída, em alvenaria, no governo de Nabor Junior (1983 a 1986). Funciona com 1.200 alunos distribuídos nas séries finais do ensino fundamental e EJA²⁶, nos turnos matutino, vespertino e noturno.

Até a data da pesquisa não existia área de lazer no bairro João Eduardo I, sendo os moradores de lá obrigados a se deslocar para o bairro João Eduardo II para realizar atividades de esporte e recreação. Para 82 % dos moradores existia satisfação quanto às áreas de lazer. Outros 14% estão mais ou menos satisfeitos com as áreas de lazer do bairro vizinho (Praça Habitar Brasil - Bairro João Eduardo

²⁵ Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos.

²⁶ Programa de Educação de Jovem e Adulto (EJA).

II). Apenas 4% dizem estarem satisfeitos com as áreas de lazer, afirmando que os serviços prestados suprem as necessidades da comunidade.

O Bairro João Eduardo I conta também com uma Igreja Católica e várias Igrejas Evangélicas (Assembléia de Deus, Pentecostal do Amor de Deus, Batista Regular Jerusalém, Internacional da Graça, Igreja Mundial do Poder de Deus), sendo a prática assistencialista predominante entre as mesmas. Do total de entrevistados, 52% da comunidade afirmaram pertencer à religião católica, e 34% afirmam ser protestantes e apenas 14% entra para o âmbito de nenhuma denominação.

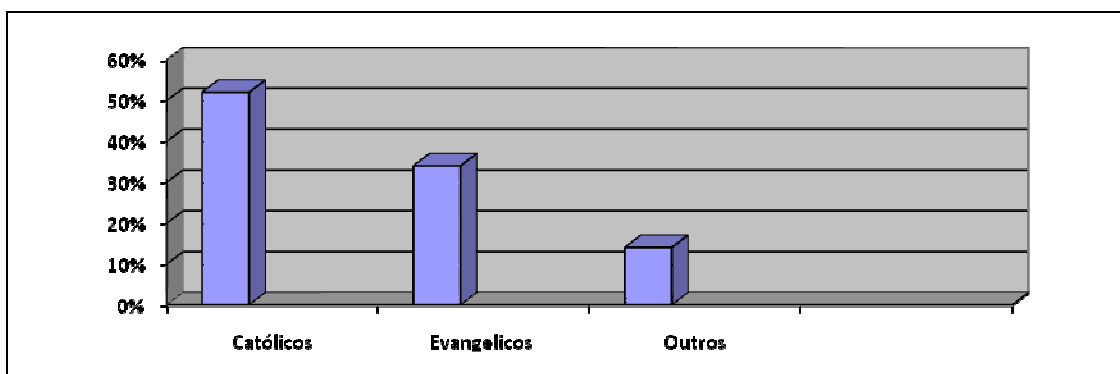


Gráfico 6: Moradores João Eduardo I, em 2011 – Religião
Fonte: Antonieta

Os avanços em relação ao número de Igrejas Evangélicas e a quantidade de participação sugerem que o catolicismo tenha perdido espaço a partir da extinção das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que no período da formação do bairro foram determinantes para a formação das lideranças. Outro fato que chama atenção é o alto índice de entrevistados que dizem não serem praticantes de qualquer religião, o que perfaz o total de 24%..

Portanto, através do trabalho realizado foi possível identificar que tivemos líderes²⁷ que deram seu “próprio sangue”, para reivindicar a garantia dos direitos da comunidade, que por sua vez contribuíram de forma imprescindível para a conquista das políticas sociais existentes hoje. Porém, os movimentos que em outrora eram atuantes, e atuavam de forma a garantir a ocupação do bairro, passou, além disso, a lutar por demais benefícios bem como: escolas, ruas pavimentadas, rede de esgoto, luz elétrica, creches e segurança pública. Todavia ao que se parece à situação de falta de infra-estrutura ainda vai perdurar por um bom tempo.

²⁷ João Eduardo, Matias, Pe. Asfury, Pe. Pacifico, Nilson Mourão, Miranda, Granjeiro, Miguel de Souza (Miguelzinho)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais do que descrever a ocupação do bairro, o que já seria por si só uma tarefa exaustiva, o trabalho faz uma análise da percepção dos cidadãos em relação efetividade das políticas públicas para o desenvolvimento do bairro João Eduardo, a partir da década de 1970. Uma vez que as Políticas Públicas, ou conjunto de ações que deveriam ser desencadeadas pelo Estado, para o bem coletivo, estão deixando uma lacuna aos moradores do bairro. Segundo demonstram os gráficos com os resultados da pesquisa.

E essas ações poderão ser desenvolvidas em parcerias com organizações não governamentais e, como se verifica mais recentemente, com a iniciativa privada. Mas cabe ao Estado propor ações preventivas diante de situações de risco à sociedade por meio de políticas públicas. Partindo dessa premissa fez-se necessário considerar alguns fatos, em primeiro lugar, a ocupação da cidade Rio Branco que teve como ponto principal a satisfação do mercado internacional, representado pelas grandes potências imperialistas que vivenciavam o auge do crescimento econômico provocado pela revolução industrial.

Desta forma, via-se na região amazônica um “excelente lugar” para exploração da borracha, produto este relevante para o processo industrial. Somado a este fato vale mencionar a grande seca de 1877, no nordeste, tais fatos, conhecido como primeiro Surto da Borracha. Finalizada a guerra os compromissos assumidos foram esquecidos ficando os seringueiros sem nenhum apoio por parte do Estado completamente “reféns” dos seringalistas.

Desse modo foi identificado que a ocupação do espaço urbano iniciou de maneira desordenada, pois, com a desativação dos seringais muitos dos que moravam no campo migraram para a cidade, e além da desordem nas cidades houve a desestruturação do campo, pois começou de forma ativa os conflitos neste espaço rural campo.

Contudo esta exploração veio a se intensificar devido à nova política nacional “Integrar para não Entregar”, tal política ocasionou graves problemas que até hoje são vivenciadas em nosso município, a ausência de infraestrutura provocada pelo êxodo rural.

Este cenário de exploração e negação dos direitos foi percebido pela Igreja Católica através da Prelazia que se colocou em favor dos menos favorecidos e contra o Estado, utilizando as CEBs como instrumento de propagação do evangelho, defesa dos seringueiros, e articulação na formação dos sindicatos agora mais atuantes na conquista dos direitos bem diferentes das mutuais no início do século XX.

Do campo para cidade, intensificou-se a organização de trabalhadores e pessoas despossuídas dos meios de produção e sem qualquer alternativa de venda a sua força de trabalho, uma vez que o Acre, até a década de 1970, não possuía (como não possui até hoje) um parque industrial capaz de absorver a totalidade dos trabalhadores expulsos do campo para atender os intentos da pecuarização enquanto proposta de integração da Amazônia ao território nacional.

Nesse contexto, a ausência de políticas públicas para suprir as necessidades dos moradores, onde a maioria deles vivia do recebimento de ajuda social.

A organização do bairro não representou apenas distribuição física e geográfica de grupos "vulnerabilizados" - social, cultural, econômica e politicamente - em espaços urbanos, mas a organização de trabalhadores e formação de lideranças, para que pudessem lutar por seus direitos. Resultou daí muitos benefícios para o bairro, tais como: pavimentação de ruas, construção de escolas, espaços de atendimento em saúde, etc. Há, contudo, que se perceber que a concessão de tais direitos figura ainda como forma de garantir o esfriamento da luta política, o que pode ser sentido nas falas feitas pelos atuais presidentes de associação de moradores.

Como todo trabalho de natureza crítica, não valeria uma hora de esforço se não levantasse ao leitor uma série de questionamentos e, dessa forma, pode-se afirmar que somente lançou luz sobre um tema que merece ser ainda mais desenvolvido, a saber: qual tem sido a participação popular no desenvolvimento urbano.

Em toda a literatura acriana não existem registros sobre a atuação dos governos sem a pressão popular na mediação dos conflitos estudados. Contudo, ao que se sabe, estavam eles em pequeno número inseridos na estrutura do Estado e, portanto, impossibilitados de lutar contra ela. Registre-se, contudo, que o curto espaço de tempo foi um impeditivo para que mais questões pudessem ser

aprofundadas, uma vez que a maioria das informações foi obtida mediante entrevistas com os poucos moradores existentes na época e que na data da pesquisa encontravam-se aposentados e nem sempre disponíveis para pesquisa.

Enfim, percebemos que tudo que hoje existe no bairro pesquisado foi conquistado muitas lutas, morte e esforço, mas que valeu apenas cada gota de suor derramado, pois muitas políticas públicas lá implementada foi conseguido graças à essas lideranças, que deixaram bons exemplos de luta.

Porém foi percebido também, que falta mais investimentos do Estado ou Governo para com o bairro, porém os moradores fiscalizam, buscam melhorias e estão sempre mobilizados para conseguir mais investimentos para o bairro, onde todas as ações são frutos de muito esforço. Os moradores cobram constantemente atenção do Estado para implantação de políticas públicas através de programas elaborados pelo governo, possam contemplar a população do bairro.

Percebe-se então, após análise da percepção da efetividade das políticas públicas,, que os moradores não estão satisfeitos, uma vez que as políticas públicas têm por finalidade garantir o bem estar do cidadão e o atendimento às suas necessidades básicas, com saúde, educação, moradia e transporte. E isso não está acontecendo em sua plenitude, sendo dever do Estado criar um conjunto de ações que possam atender os desejos e anseios de todos os moradores.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Josina Maria Pontes Ribeiro de. **Privatizações das Telecomunicações: desemprego, informalidade e reestruturação do trabalho no Acre**. 2009. 251 f. Dissertação (Mestrado). Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro- IUPERJ, Rio de Janeiro, 2009.

ALMEIDA NETO, Domingos José de. **Aos trancos e barrancos: identidade cultura e resistência seringueira na periferia de Rio Branco-AC (1970-1980)**. Rio Branco: EDUFAC, 2004. 199p.

ALMEIDA, Lélia Maria Monteiro de (orgs). **Habitantes e Habitat: traços históricos dos bairros Aeroporto Velho, Bahia, Bahia Nova, Glória, Pista, Palheiral, João Eduardo I e II**. João Pessoa: Idéia, 2007, 110p.

AMMANN, Safira Bezerra. **Movimentos popular de bairro: de frente para o Estado, em busca do parlamento / São Paulo: Cortez, 1991, 176p.**

ASFURY, Padre. **Homem de Luta**. In: Fundação Garibaldi Brasil(FGB), Fundação Elias Mansour (FEM), João Eduardo 25 anos. Rio Branco, 2006, 42p.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil. O longo caminho**; 9ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, 236p.

CASTELLS, Manuel. **A questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983 (Coleção Pensamento Crítico: 48)

COMTRIM, Gilberto. **História do Brasil: um olhar crítico**. São Paulo: Saraiva, 1999. 384p.

COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. **Capital e Trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre**. São Paulo: Cortez/ Rio Branco: UFAC, 1992, 190p.

DUSSEL, Enrique. **Teologia da Libertação: um panorama de seu desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.120p.

FRANCA, Soad. **A Expansão da Fronteira Acreana**. Brasília: Dupligráfica, 2009, 296p.

KLEIN, Daniel da Silva. **A Conquista de Rio Branco: movimentos comunitários e direitos humanos na capital acreana de 1970 a 2000**. Belém: Paka-Tatu, 2009, 209 p.

LIMA, Reginâmio Bonifácio de; BONIFÁCIO, Maira Iracilda Gomes Cavalcante;

MARSHALL, Berman. **Modernidade, modernização, capitalismo e urbanização.** In: REVISTA CIDADES, vol.6, n.10: Expressão popular, 2004.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social.** 4 ed., São Paulo: Cortes, 2005, 175p.

PEREIRA, Potyara A.P. **Necessidades humanas:** subsídios à crítica dos mínimos sociais. 2.ed., São Paulo: Cortez, 2002, 215p.

PICINATTO, Antônio Carlos; SPIER, Gilberto; Lima; Ivanildo Vieira; GERMANI; Ricardo Dutra. **Território na abordagem geográfica de Bertha Beker.** In:

SAQUET, Marcos Aurélio; SOUZA, Edson Belo Clemente de (orgs). **Leitura do Coneito de Território e de processos espaciais.** São Paulo: Expressão Popular, 2009 (Debate e Perspectivas).

SANTOS, Ialdo José Vilela dos. **A Igreja Católica Progressista de Rio Branco e as suas CEBs na década de 1970 – 1980.** 2002. 137f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Pernambuco/Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2002.

SILVA, Maria Rodrigues da. João Eduardo do Nascimento e a FUNJEN, In Fundação Garibaldi Brasil (FGB), Fundação Elias Mansour (FEM), João Eduardo 25 anos. Rio Branco, 2006, 42p

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. **História do Acre: novos temas, novas abordagens.** Rio Branco, 2005. 212 p.

SOUZA, Maria José de. **Desenvolvimento de comunidade e participação,** 9 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, Maria Luiza. **Desenvolvimento de comunidade e participação.** 9 ed., São Paulo: Cortez, 2008, 231p.

APÊNDICES

Questionário à ser aplicado na pesquisa

1. **Estado civil:**() casado () solteiro () viúvo () união estável
2. **Religião:**() católica () evangélica () outros
3. **Tem filhos:**() não () sim. Quantos _____
4. Idade _____.
5. **Escolaridade:**
 - () ensino fundamental incompleto
 - () ensino fundamental completo
 - () médio completo
 - () médio incompleto
 - () superior incompleto
 - () superior completo
6. **Tipo de residência?**
 - Própria() Alugada () Cedida por terceiros
7. **Qual seu meio de transporte habitual?**
 - () ônibus
 - () bicicleta
 - () automóvel
 - () moto
 - () a pé
8. **Qual sua ocupação?**
 - () funcionário publico
 - () funcionário de empresa privada
 - () autônomo
 - () desempregado
9. **Qual a faixa de renda familiar?**
 - () somente 1 salário mínimo
 - () de 2 a 3 salários
 - () de 4 a 5 salários
 - () de 6 a 8 salários
 - () recebe acima de 10 salários mínimos
10. **Como você está se sentindo em relação aos serviços oferecidos nos equipamentos comunitários? Creche:**
 - () satisfeito

- ☐ Insatisfeito
- ☐ mais ou menos satisfeito

11. Posto de saúde:

- ☐ satisfeito
- ☐ Insatisfeito
- ☐ mais ou menos satisfeito

12. Escolas :

- ☐ satisfeito
- ☐ Insatisfeito
- ☐ mais ou menos satisfeito

13. Praças:

- ☐ satisfeito
- ☐ Insatisfeito
- ☐ mais ou menos satisfeito

14. Com que frequência você utiliza o posto de saúde

- ☐ semanalmente
- ☐ quinzenalmente
- ☐ mensalmente
- ☐ quase nunca

15. Como é a segurança do bairro?

- ☐ ótima
- ☐ boa
- ☐ ruim
- ☐ péssima

16. Você está satisfeito com a infra-estrutura do bairro, como sistema de esgoto, asfalto das ruas, calçadas...

- ☐ satisfeito
- ☐ Insatisfeito
- ☐ mais ou menos satisfeito

FOTOS DO BAIRRO JOÃO EDUARDO

